

12 JAN 1989

FOLHA DE SÃO PAULO

O governo em perspectiva

FLORESTAN FERNANDES

12 JAN 1989

ANC P-3

Há uma esperança de que, promulgada a Constituição, a crise de governo desaparecerá, a estagnação recuará rapidamente e se instaurará uma era de felicidade geral. As idéias de Mário Amato são um exemplo espantoso. Como um dirigente industrial, presidente da Fiesp, pode responsabilizar-se por tantas infantilidades? Tudo irá bem, se a Constituição conceder aos empresários os privilégios que desejam, e se os trabalhadores não forem contemplados com "liberdades" e "direitos" corporativos. A bom tradutor: todos os governos são ótimos, inclusive o atual, dirigido por um bomem hom e que pecou por ser democrático demais... e devemos rezar para que a nova Constituição seja o produto do equilíbrio do "Centrão"! A bem da verdade, o erro consistiu em convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Bastaria meter em uma batadeira as "constituições" de 1967 e de 1968, com alguns atos institucionais, certos decretos-leis, e estaríamos na ilha da fantasia! O melhor dos mundos não é para quem quer, é para quem pode. Os trabalhadores e os oprimidos que esperem a sua vez. Ainda urge chegar a outro "pacto conservador", desta vez por dentro da ANC e pelos valerosos campeões do "Centrão".

O que arruína e anula o atual governo não é a personalidade do senhor José Sarney Costa, novelista, acadêmico (da Academia Brasileira de Letras) e político de longa carreira e múltiplas experiências partidárias. O governo liquefez-se. Não pode renar nem contra nem a favor da corrente. O golpe dentro do golpe (o quarto na cronologia encetada em 1964), através do "pacto conservador" e da "legitimação" através do colégio eleitoral, funcionou como um furacão político. Parecia que se garantiria a "transição lenta, gradual e segura", que o PMDB e o PFL perversamente designaram como "transição democrática". De fato, o que se consumou foi o caos. Destruiu-se o sistema de partidos, forjado pela ditadura, e engendrou-se, automaticamente, a inviabilidade da Aliança Democrática (a qual ocorre-

ria com ou sem Tancredo Neves). Em consequência, salientou-se o peso da capacidade de decisão do vetor militar e da tecnoburocracia e a abertura para formas de corrupção que são típicas dos regimes coloniais e das burguesias compradoras, em pleno arranque de um desenvolvimento capitalista monopolista acelerado, dirigido de fora. Todos os apetites em condições estratégicas lançaram-se ao bolo e este era pequeno demais para semelhante ataque coletivo. O governo endividou-se, a nação empobreceu-se e regredimos a modalidades de clientelismo e de fiatologismo (não só políticos) que supunhamos superados ou em declínio. As ambições mais fortes ocuparam o centro do palco e os partidos, de per si frágeis, serviram a fins pessoais ou inconfessáveis. A ditadura perdeu a capacidade de refazer-se, como uma entidade "salvadora", e deixou após si o dilúvio...

O poder constituinte poderia ter desempenhado o papel de freio, nesse processo de decomposição social e de anomia institucional. No entanto, ele foi minado e sinistramente contido a partir de dentro e a partir de fora da instituição. Ele não é independente da sociedade civil. Ele é o seu produto orgânico mais complexo, que interage com ela em tais bases, que acaba sendo o único capaz de modificá-la em sua morfologia e dinâmismos, a médio e a longo prazos. A sociedade civil, pelo tope, fez com a ANC o mesmo que fizera com o governo. Esmagou-a diante de parede: ou cede uma Constituição pseudodemocrática ou se verá ridicularizada e asfixiada. O "Centrão", com sua ostentação lalsa de "centrismo conservador" (?), responde como um cavalo de Troia à desmontagem externa, plantada na sociedade civil. Define-se, assim, uma conspiração mais sutil que as duas de 1964, a de 1968 e especialmente a de 1984-1985, esboçando-se um crime político arquitetado pelas classes que deveriam estar mais empenhadas em uma verdadeira transição democrática rápida e em um sólido salto inovador na direção do futuro.

Qual é, em tais condições históricas, a perspectiva do governo Sarney? Nenhuma. Ele não pode e não quer bater-se com os seus pares (de classe, de cultura e de ideal de vida), como o comprovou reiteradamente. Favoreceu-os sempre, quaisquer que fossem os custos psicológicos, econômicos e sociais para a nação. De outro lado, favorece-se a si próprio, na mesma escala, pois não seria digno de um cavaleiro ou de um campeão desmerecer o código de honra de sua grei. O nosso poder judiciário, excluindo-se as gloriosas exceções que confirmam a regra, não é cego. É um poder judiciário de classe, indiferente como uma rocha aos dramas humanos do país. O quarto poder — o poder militar — sustenta a ordem, com galhardia tanto maior quanto o governo Sarney é fruto das entranhas da ditadura, o que ela deixou em seu lugar para levar a sua obra adiante. O que resta? O poder constituinte, manietado pelos compromissos com a sociedade civil, com o governo e com os partidos da ordem. O poder proletário e popular, que rugiu furioso, mas ainda não conquistou organização institucional própria e capacidade de luta política autônoma.

Uma coisa deixou de ser feita no início deste ano: restaurar a Constituição de 1946 e desencadear, através dela, uma limpeza geral da sociedade civil e de todos os poderes. Esse caminho foi barrado, pela maneira como se convocou o Congresso constituinte, como um órgão de revisão constitucional, e pelo empenho das classes dominantes, nacionais e estrangeiras, em proscrever uma Assembleia Nacional Constituinte exclusiva e soberana. Ainda restam duas soluções: uma, atravessa o Congresso; seria a destituição do presidente, que não possui condições reais para governar. A outra solução exigiria da ANC que convocasse um plebiscito imediato sobre o sistema de governo, para compartilhar com a massa dos cidadãos os rumos definitivos: parlamentarismo ou presidencialismo? O constituinte pode considerar-se representante da vontade popular. Porém, ele não é a vontade

popular. Parlamentarismo sem plebiscito imediato equivale a um golpe parlamentar, pelo qual uma nova Aliança Democrática chegaria ao poder por meios hábeis mas espúrios. Durante o período decorrente, a ANC exerceria sobre o governo um controle estrito. A autonomia dos poderes é uma ficção e ela tem funcionado somente contra a ANC, paralisando-a e aprisionando-a às conveniências de um despotismo dissimulado, que usa a "democracia" como artimanha para imobilizar o poder constituinte ou submetê-lo à vontade despótica do presidente e do vetor militar.

Essas são alternativas ou soluções cirúrgicas. Existe uma via suplementar, que nasce das eleições diretas já para o presidente da República. Mas, presidente de que República — a parlamentar ou a presidencialista? É evidente que o país não suporta mais a presente degordem que impera no Estado e daí se propaga para a sociedade civil (e vice-versa). O "já" possui um sentido imperativo. Ele significa extinguir o mal maior com urgência urgentíssima. Por mais depressa que o processo constituinte se desenrole, ele repetirá a estória da tartaruga. Poderá estar em todos os lugares, mas quanto maior o número de lugares em que estiver, pior para o país. Uma decisão nefasta, tomada em nome de alguns e sancionada por uns poucos no colégio eleitoral, não deve condenar o Brasil ao despenhadeiro. O que nos detém? O respeito por um "pacto", nascido de uma combinação da força bruta com a malícia de políticos profissionais e o egoísmo conservador? A desobediência civil aplica-se a fins como esse, de salvação nacional ou de criação de uma sociedade nova. Ponhamos de um lado Bolívar, de outro Gandhi. A passividade levará o dilúvio às últimas consequências e pouco adiantarão as lágrimas diante de uma lápide funesta: "Aqui jazem os sonhos e as esperanças de um país que poderia ter sido grande, independente e feliz!"

FLORESTAN FERNANDES, 66, sociólogo, é deputado federal (PT-SP), ex-professor convidado e atual professor emérito da USP e docente do PUC-SP.